



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS CUITÉ - PB

UFCC/BIBLIOTECA

PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL CAPITÃO TRAJANO DE FARIAS

JOSINEIDE DE OLIVEIRA FRANÇA

CUITÉ-PB

2013

JOSINEIDE DE OLIVEIRA FRANÇA

PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL
CAPITÃO TRAJANO DE FARIAS

UFMG/BIBLIOTECA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano como
pré-requisito para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Profa. DSc. Marta Maria da Conceição

CUITÉ-PB

2013



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

F814p França, Josineide de Oliveira.

Perspectivas de aplicação dos princípios da economia solidária na melhoria da qualidade de vida dos alunos da escola municipal Capitão Trajano de Farias. / Josineide de Oliveira França – Cuité: CES, 2013.

34 fl.

Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2013.

Orientadora: Dra. Marta Maria da Conceição.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Economia solidária. 3. Cooperativismo. I. Título.

CDU 37.014.22

JOSINEIDE DE OLIVEIRA FRANÇA

PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS DA ESCOLA
MUNICIPAL CAPITÃO TRAJANO DE FARIAS

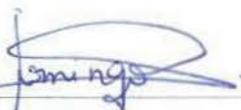
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Aprovada em 26 de Setembro de 2013.

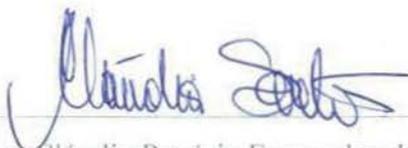
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. DSc. Marta Maria da Conceição
Orientadora UFCG/CES/UAE



Prof.ª.DSc. Denise Domingos da Silva
Examinadora UFCG/CES/UAE



Prof.ª. DSc. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos
Examinadora UFCG/CES/UAE

UFCG/BIBLIOTECA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele, nada disso seria possível. Ele é o supremo e responsável por toda a nação. O criador, que nos proporcionou a vida, a sabedoria e a saúde.

A minha filha Ana Clara França da Fonseca pela oportunidade de experimentar a mais pura forma de amor.

Aos meus pais Maria José de Oliveira França e José dos Santos de França que desde minha infância tem dado grande incentivo ao meu desenvolvimento intelectual. Sem vocês eu não teria compreendido a importância do saber.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus, por me dar forças para que eu batalhasse para conseguir meus objetivos.

Aos meus professores em maior destaque a professora Marta Maria da Conceição que me apoio, com paciência, atenção, dedicação e respeito nos momentos em que mais precisei.

Aos alunos, professores e a diretora da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias.

Aos meus irmãos em especial Amaurilio, a cunhada Célia, sobrinhos em especial Abistânio e Jhully, aos amigos e amigas em especial Gislayne Franciely, que me ajudaram direta e indiretamente, para que eu realizasse esse trabalho.

Muito obrigada!



RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo difundir os princípios da economia solidária na EJA, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias, situada no município de Coronel Ezequiel-RN. Economia Solidária é a forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada na vida. Preconiza o entendimento como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão. O cooperativismo é a principal ferramenta para a aplicação, na prática, dos conceitos e ideologias da economia, com o objetivo de otimização de esforço comum e divisão equitativa e justa dos produtos desse esforço coletivo. Este trabalho se refere ao levantamento de dados, através de questionários, sobre o perfil dos alunos, tipos de produtos cultivados, consumidos e que poderão ser comercializados, no intuito de agregar valor a estes produtos pelos alunos da EJA. Em relação ao perfil dos alunos a maioria era do sexo feminino. A faixa etária predominante foi de 24 a 65 anos de idade, todos são agricultores, abandonaram a escola há mais de 40 anos e retornaram por que perceberam o quanto é importante o grau de aprendizagem para crescimento pessoal, desempenho e qualificação no mercado de trabalho. Na perspectiva de usar os princípios da Economia Solidária e do Cooperativismo, os alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias compreenderam que podem ser beneficiados com melhoria na qualidade de vida. Alguns gostariam de participar de uma cooperativa, porém nem todos entenderam o significado do cooperativismo.

Palavras-chave: EJA, Cooperativismo, Economia solidária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	03ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 A CRESCENTE PRODUÇÃO DO DESEMPREGO.....	03.
2.2 UMA REFLEXÃO SOBRE AS POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	05.
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA.....	06.
2.4 EJAECOSOL- O TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	08.
2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA, PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO EDUCATIVO.....	09.
2.6 O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA.....	10.
2.7 QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE.....	12.
2.8 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO	13.
3 METODOLOGIA.....	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16.
5 CONCLUSÕES	21ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6 REFERÊNCIAS	22
7-APÊNDICE.....	25.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ano de desistência e retorno dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias. (Página17).

Tabela 2 – Entendimento dos alunos sobre o conceito da EJA. (Página 18).

Tabela 3- – Entendimento dos alunos sobre o conceito de Economia Solidária. (Página 18).

Tabela 4 – Principais produtos cultivados pelos alunos da EJA. (Página 19).

Tabela 5- Entendimento dos alunos sobre agregação de valor. (Página 20).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gênero dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias. (Página 16).

Figura 2 - Faixa etária dos alunos da EJA da Escola municipal Capitão Trajano de Farias. (Página 16).

Figura 3 - Interesse em montar uma cooperativa. (Página 19).

1 - INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas pelo agravamento das adversidades para os trabalhadores com uma perceptível tendência da economia à exclusão social, demonstrada pela redução drástica dos postos de trabalho e das altas taxas de desemprego. Além da escassez de postos de trabalho, existe também o problema da precarização das relações do trabalho com o subemprego, terceirização da força de trabalho, falta de assistência social aos trabalhadores e cada vez menor existência de vínculos entre as empresas e os empregados. A reestruturação econômica e produtiva pela qual passa o Brasil hoje advém deste cenário de crise da forma tradicional do trabalho, com a flexibilização das relações trabalhistas através de novas formas de organização, de gestão da produção, de gestão de políticas sociais, vínculos e posicionamentos (hierarquia) no âmbito organizacional.

Como resultado deste contexto de crise socioeconômica, do emprego (desemprego, subcontratação), surge a economia solidária como movimento originado da busca por novas formas de organização e arranjos produtivos e econômicos nas sociedades capitalistas. O cooperativismo é a principal ferramenta para a aplicação, na prática, dos conceitos e ideologias da economia solidária, com seus Princípios Cooperativistas de autogestão, ajuda mútua, autonomia; com o objetivo de otimização do esforço comum e divisão equitativa e justa dos produtos deste esforço coletivo. A prática cooperativista é uma das atividades da economia que mais crescem no Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), nesta última década, tem sido alvo de reflexões/ações que colocam em xeque concepções e abordagens, algumas ingênuas, outras mecanicistas/utilitárias, até então dominantes nos cursos, projetos, mutirões em torno da escolarização (alfabetização) de jovens e adultos.

A falta de políticas públicas específicas para esta área e este público foi certamente um dos pontos que levaram à proliferação de iniciativas totalmente desprovidas de um caráter crítico-reflexivo que contribuísse para que trabalhadores/as alunos/as se autorizassem a realizar ações mais concretas em busca de uma melhor qualidade de vida sua, dos seus e da comunidade onde estão inseridos.

A economia solidária é uma nova forma de economia que se contrapõe ao capitalismo, o qual é baseado na separação entre trabalho e posse dos meios de produção, ou seja, uns trabalham e outros são donos. A economia solidária vem reconciliar o trabalhador aos seus

meios de produção através da autogestão, onde ele tem autonomia nas decisões sobre a produção, do trabalho coletivo, onde cada integrante contribui com seu trabalho e a gestão democrática, onde o peso do voto de cada um é igualitário (SINGER, 2002).

Paul Singer entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social:

“A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...” (SINGER, 2000 p. 138).

Esta pesquisa teve como objetivo difundir os princípios da economia solidária na EJA, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos alunos da EJA da Escola Capitão Trajano de Farias, situada no município de Coronel Ezequiel-RN.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A crescente produção do desemprego

O atual contexto do capitalismo tem originado uma grande produção do desemprego. São muitos sujeitos fora do mercado formal de trabalho assalariado, que não conseguem vender a sua força de trabalho. Esse fato é decorrente de um sistema de produção que se configura pela busca incessante do lucro, em uma sociedade que se define pelo poder do dinheiro. Sistema este que declarou homens e mulheres como figuras fundamentais para a transformação de materiais em mercadorias, explorando a função do trabalho de forma alienante e desvinculada do processo educacional de pensar, para não correr o risco de se transgredir a ordem do determinismo neoliberal, pois a sociedade deve se sujeitar às exigências do mercado sem questionar os seus métodos (MÉSZÁROS, 2005).

Nesse cenário, estes sujeitos, tornaram-se figuras centrais e periféricas do mesmo sistema: ao mesmo tempo em que são fundamentais para o desenvolvimento e manutenção, são também explorados e deixados de lado quanto ao seu reconhecimento.

O processo de reestruturação produtiva, observado a partir de meados da década de 80, tem apontado efeitos na reconfiguração tecnológica e organizacional dos processos produtivos. Esses fatos acabam comprometendo os vínculos de emprego/trabalho e acentuando a lógica destrutiva na relação entre homem e natureza. Alguns pontos podem ser apresentados para ratificar as modificações no sistema de produção capitalista que vem fragmentando e reduzindo a classe trabalhadora como: incorporação da ciência e inovação tecnológica nos processos produtivos, produção global e flexível, nova forma organizacional, qualidade total, globalização do capital financeiro.

A partir de todas essas mudanças, o que se percebe é que o desemprego aumenta de volume e diversifica a sua forma, além de atingir desigualmente os indivíduos segundo suas características de sexo, escolarização, idade, raça. O desemprego, além de involuntário passa a ser fortemente seletivo.

A Educação de Jovens e Adultos que, a partir da Lei 9.394/96, se regulariza e supera o antigo ensino supletivo de proposição de um currículo escolar aligeirado e homogêneo, configura-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo (MOLL, 2004) e inovador, porque passa a se constituir como modalidade específica de Educação Básica que atende

aqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores. As práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA, em sua maioria, também sofrem modificação e passam a poder envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

Como comenta Freire (2006, p. 15): “O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras”. Percebe-se que os conteúdos trabalhados com a população atendida na EJA precisam ter relação com seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. Logo, a prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes.

Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 2006, p. 16). Partindo dessa compreensão, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno. Estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constante busca. Sobressai-se nestas experiências pedagógicas a importância do resgate das memórias e trajetórias dos alunos, pois como afirmam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2000, p. 1):

“A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito”. Ter um espaço que valoriza a caminhada do indivíduo significa muito o processo de aprendizagem, além de possibilitar ao aluno compreender-se como sujeito de sua própria história. Poder dizer quem se é e dividir o que se sabe traz novo significado ao trabalho desenvolvido em sala de aula, e um interesse maior em aprender os chamados conhecimentos formais.

A educação de jovens e adultos reitera essa necessidade de partir do conhecimento que o aluno traz da vida, pois ele possui uma caminhada, uma experiência que não pode ser renegada pela escola, mas a partir dela, discutida. Como comenta Moll [...] a educação popular [...] ganha corpo num debate que de sacraliza os saberes ditos acadêmicos, buscando

ressignificá-los à luz dos saberes da vida cotidiana. Saberes de homens e mulheres que, à margem dos saberes formais, organizam e vivem a vida ensinando os seus filhos e netos, enfrentando as adversidades, produzindo culturas e afirmando identidades carregadas de tradição e criação (MOLL, 2004, p. 6).

2.2 Uma reflexão sobre as possíveis aproximações entre a educação de jovens e adultos e a economia solidária

O cenário do desemprego estrutural tem excluído muitos sujeitos da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que isso acontece, essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir a estes sujeitos desempregados sustentabilidade e sobrevivência. Ou seja, os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário. Origina-se e reforça-se aí a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, pois certamente, podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA e na educação em geral que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista.

A crise do emprego nos leva, portanto, a refletir sobre a existência de outros mundos do trabalho que não somente o assalariado. Do mesmo modo que outros processos de produção existem que não somente o modo capitalista. O trabalho cooperativo, inserido na chamada Economia Solidária, vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, porque, teoricamente, é gerido com a participação igualitária de todos os membros, que detêm o mesmo poder decisório e igualdade na apropriação dos resultados do trabalho. Como observado, esse movimento pode revelar-se em uma ação caracterizada como contra corrente, como contraditória às relações sociais evidenciadas na sociedade, como oposição à cooperação subordinada, e está de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória. Nesse sentido, uma educação que valoriza a palavra do educando e os seus saberes devida e do trabalho como fundamentais no processo de formação integral e trabalha com o espírito de solidariedade e cooperação contribui para o que Tiriba (2004) ressaltou: a possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo. E mais,

são práticas que “[...] expressam um fazer pedagógico comprometido com a crítica à concepção utilitarista da educação como fator de produção” (TIRIBA; PICANÇO, 2004, p. 27). Isso contribui também para romper com a lógica de que nascemos para vender a nossa força de trabalho assalariada, como se está fosse a única forma de trabalho existente.

Ao reduzir a categoria Trabalho a trabalho Assalariado, ao reduzir o conjunto de trabalhadores à condição de ‘empregados’ e ‘desempregados’, os economistas circunscrevem a produção social da vida às regras das relações capitalistas de produção, sugerindo que o trabalho é, necessariamente, uma mercadoria que deve ser posta a venda no mercado (TIRIBA, 2004, p. 80).

A educação voltada para a formação integral do sujeito, que valoriza a palavra dos educandos e o trabalho solidário, aponta para a perspectiva de dialogar com a hipótese de que “[...] todo o ato educativo tem uma intencionalidade política que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte uma opção política por um protótipo de ser humano” (ARROYO, 1999, p. 29). Quando se pensa nestas ações progressistas que embasam o desenvolvimento educacional na EJA percebe-se que muitas delas se guiam por aquilo que Oliveira (2003) descreve como fundamental: a escola como espaço, por excelência, da aprendizagem da cidadania e não somente do que está legitimado como saber pela classe dominante. A intenção de auxiliar na constituição da cidadania, do trabalho coletivo, da transformação da realidade, da conscientização, demonstra o direcionamento ideológico e político desta forma de ensino. Portanto, a aproximação entre os eixos investigativos: a educação de jovens e adultos e uma alternativa de geração de trabalho e renda reflete-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação. Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada. E essa relação se traduz como um movimento que colabora na formação humana do sujeito, pois uma educação que procura desenvolver a autonomia intelectual, moral e social é uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

2.3 A economia solidária como alternativa

Para Singer (2005), a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente representa essa intenção) e retomar a questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante. Desse modo, a Economia Solidária é uma alternativa à precarização do emprego ou a exclusão deste no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da inserção da robótica e da computação nos meios de produção (RIBEIRO, 2002). Ainda, “De um lado coloca-se como uma via para a superação das relações sociais de produção capitalista; de outro, mantém-se presa destas relações pela necessidade de relacionar-se com o mercado, no qual vende e compra seus produtos” (RIBEIRO, 2002, p. 93).

A Economia Solidária é um termo que engloba diversas perspectivas que se aproximam em uma intenção comum: a alternativa de desenvolvimento sustentável. Conforme Tiriba (1998, p. 189), muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, como: “Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal...”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular. Iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

Para Tiriba (1998), a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e trabalho. A Economia Solidária nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

A sua definição como meio de produção capaz de superar o capitalismo, apresentada sob a forma de cooperativas, associações, grupos de produção, centros comunitários, provém de alguns princípios que orientam o desenvolvimento de seu trabalho. Uma das bases teóricas mais importantes é a compreensão de que os trabalhadores têm prioridades sobre os lucros e, a partir desta lógica, de que as relações sociais são pautadas pelo respeito, eletividade, solidariedade e democracia. Todos devem colaborar uns com os outros, pois: “O bom desempenho e o bem estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos” (CAMP, p. 09).

Não há discriminação por sexo, raça, religião e, nesta forma de produção, todos os que dela participam têm igual poder de decisão sobre os rumos do trabalho. Há uma propriedade coletiva dos meios sociais de produção. Desse modo, os lucros que são reconhecidos como ‘sobras’ destinam-se a todos sendo esse fator a negação da “[...] possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte do trabalho” (SINGER, 2005, p. 14).

2.4 Ejaecosol - o trabalho associado e autogestionário na educação de jovens e adultos

Entendemos por Educação/formação em Economia Solidária um campo teórico-prática que elege como objeto de ação e de pesquisa os processos de educação e formação humana que visam o fortalecimento de atividade econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida social. Educação ou formação de formadores/as e os processos de formação dos trabalhadores/as que participam do conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão. Está associada às ideias de educação cooperativa, educação autogestionária, incubação de cooperativas ou empreendimentos econômicos solidários, formação de trabalhadores associados na produção, pedagogia da autogestão e pedagogia da produção associada. Trata-se de processos educacionais destinados a jovens e adultos que se associam para enfrentar, de forma coletiva, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho decorrentes da crise do Estado do Bem-Estar Social e da crise do regime taylorista-fordista de acumulação de capital (TAYLOR, 1987).

Calcada nas experiências concretas dos trabalhadores/as e dos educadores/as que atuam no movimento da Economia Solidária afirma-se como política pública, com a criação de um grupo de trabalho de Formação composto por representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho. Importante registrar que no mês seguinte à criação da SENAES, em julho de 2003, a Economia Solidária já constava como um setor da economia que se tornaria objeto do Plano Nacional de Qualificação Profissional 2003-2007-PNQ, o qual, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, se propõe a executar ações de Qualificação Social e Profissional-QSP (Resolução 333 do Codefat). O referido plano, assegurado pelo Termo de Referência em Economia Solidária (Brasil, 2004), prevê como população prioritária, dentre outros, pessoas que trabalham de forma cooperativa, associativa ou autogestionária. Além

disso, indica que as ações de Qualificação Social e Profissional devem envolver conteúdos como autogestão, associativismo e cooperativismo (Brasil, 2004).

2.5 Economia solidária, processo de trabalho e processo educativo

O processo de trabalho constitui-se num lugar de aprender-ensinar em que como diz Brandão (1993, p. 7) “misturamos a vida com a educação”. No processo de trabalho, as forças produtivas entram em ação para materializar a atividade do trabalho o que pressupõe um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas de produção e de gestão da força de trabalho. A base material da produção, os critérios de divisão do trabalho e o estabelecimento de normas e regras de convivência estão associados à cultura do trabalho, ou seja, ao conjunto de elementos materiais e simbólicos partilhados pelos grupos humanos considerados suas especificidades de gênero, etnia, religiosidade e geracional e são historicamente determinados pelas relações de produção.

É preciso se distanciar para se aproximar com criticidade do hoje e pensar o futuro. Os cursos de formação em economia solidária feitos na escola e fora dela são neste sentido, muito importantes. Entender os sentidos políticos, culturais, éticos, e técnicos da economia solidária está em estreita relação com o domínio dos saberes escolares e as formas de socialização produzidas e estimuladas no dia a dia da escola. (FISCHER e TIRIBA, 2009).

A dicotomia “mundo do trabalho” e “mundo da cultura” constitui-se como uma marca da sociedade de classes e, em especial da sociedade capitalista na qual os possuidores dos meios de produção e seus representantes são considerados detentores do saber científico, enquanto aos vendedores de força de trabalho cabe o saber prático, adquirido na experiência do trabalho vivo. Com a primeira Revolução Industrial, ocorrido no século XVIII os conhecimentos científicos e tecnológicos passaram a ser incorporados como força motriz da produção capitalista. Neste contexto a escola (que em grego significa “lugar de ócio”, ou seja, local onde pequena parcela da população, pertencente à classe economicamente dominante, poderia passar o “tempo livre”) tornou-se uma instituição onde a classe trabalhadora e seus filhos deveriam aprender os conhecimentos, valores e atitudes estritamente necessários no trabalho na fábrica.

Sobre as relações entre trabalho e educação Antônio Gramsci afirma que embora a divisão capitalista do trabalho insista em esperar o Homo faber do Homo sapiens, não existe

atividade humana da qual se possa excluir totalmente a intervenção intelectual. A expressão “gorila amestrado”, de Taylor, seria uma metáfora para indicar que, em qualquer trabalho físico, mesmo o mais mecânico e degradado, há um mínimo de atividade intelectual criadora. De acordo com o filósofo italiano, no capitalismo “o operário ou proletário”, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho realizar-se em determinadas condições e relações sociais” (GRAMSCI, 1982, p.7).

Dado que, nos processos de trabalho associado à força de trabalho não se caracteriza como uma mercadoria, pressupondo relações capitalistas, pode-se inferir que um dos objetivos da educação de trabalhadores associados “consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação entre o esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo” (GRAMSCI, 1982, p.8).

A escola que interessa à classe trabalhadora é aquela que permite aos trabalhadores a apropriação crítica de sua experiência social, contribuindo com suas construções como protagonistas da sua história individual e coletiva. Neste sentido, saberes escolares forjados na experiência cotidiana do trabalho podem e devem construir o currículo escolar, sendo ambos problematizados por educandos e educadores (Fischer e Tiriba, 2009).

2.6 O princípio da cooperação solidária

A economia solidária se origina da primeira revolução industrial com os artesãos excluídos pelo mercado se uniram para formar uniões de ofícios dando surgimento às primeiras cooperativas. Esse movimento deu origem ao cooperativismo que ganhou força no final do século XIX e em boa parte do século XX surgindo grandes cooperativas que disputam o mercado com os grandes conglomerados capitalistas e geridas por administradores remunerados e onde os sócios são mero coadjuvantes, distanciando dos princípios originais do cooperativismo.

Na década de 80 sob os efeitos da globalização, muitos trabalhadores se viram excluídos do mercado de trabalho. Surge uma nova forma de cooperativismo resgatando suas origens históricas. Esse novo cooperativismo trouxe inovações administrativas baseadas na autogestão passando a ser conhecida como Economia Solidária.

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.” (SINGER, Paul, 2003).

Num empreendimento solidário os trabalhadores são os detentores dos meios de produção, as decisões sobre retiradas e investimentos são coletivas e realizadas em assembleias, prevalecendo assim o interesse dos sócios. A autogestão como é chamado esse modo administrativo está diretamente ligado à autonomia sendo cada um responsável pelo seu bem estar e pelo do outro criando possibilidades de autogestão dos meios.

A autonomia e a autogestão fazem parte dos princípios de economia solidária, assim como a equidade, a solidariedade, a sustentabilidade e a cooperação.

Num mundo cada vez mais competitivo estes princípios são fundamentais para o resgate de valores cada vez mais esquecidos ou invertidos na escala social. Segundo Milton Santos (2001) o consumismo e a competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, reduzindo sua personalidade e sua percepção do mundo que vive. O autor faz uma comparação entre competição e concorrência sendo esta última considerada saudável com o intuito de obter melhores resultados. Já a competitividade baseia-se numa batalha onde a única regra é a conquista da melhor posição, onde tudo vale e o que se origina é um afrouxamento de valores morais.

“A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva de cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada” (SANTOS, 2001).

Santos (2001) defende que é possível a construção de um outro mundo com uma globalização mais humanizadora, com a criação de uma sociedade mais justa, equilibrada e racional. A economia solidária fundamenta-se neste projeto de globalização tomando um percurso de desenvolvimento sustentável e integrado para geração de melhor qualidade de vida. Para isso faz-se necessário a construção de uma nova cultura.

“É importante um processo de construção de novos parâmetros culturais que possam sustentar a implantação da Economia Solidária, não somente como uma alternativa econômica, mas como uma nova forma de relacionamentos humanos baseados na cooperação e em

conceitos profundamente socialistas. Uma nova sociedade torna-se necessária.” (BARRETO, 2003).

Segundo Barreto (2003) não é o homem que muda, mas a compreensão sobre ele e os meios pelos quais ele aprende e transforma o mundo em que vive. Sendo a cooperação o processo e não o fim em si. A transformação do modo como as pessoas estão organizadas, como pensam e de como se veem como atores neste processo é essencial para a implantação e sustentação da economia solidaria.

2.7 Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente

Percebe-se que a qualidade de vida está intimamente ligada ao respeito e preservação do meio ambiente, pois é imprescindível que haja um equilíbrio no meio para o homem possa dizer que tem uma boa qualidade de vida.

Hoje, vendo os efeitos que o planeta está sofrendo, as pessoas estão começando a se conscientizar mais a respeito da preservação do meio ambiente, procurando medidas para conservá-lo, porque perceberam que esses efeitos atingem, também, cada um, individualmente, comprometido, assim, a qualidade de vida de cada cidadão que hoje vive no planeta, mas também do que estão por vir.

A falta de respeito com o meio ambiente é algo muito sério, e trás muitos problemas para o mundo todo. A destruição da Mata Atlântica, por exemplo, causou a extinção de várias espécies de animais e muitos outros ainda correm risco de desaparecerem do planeta, e isso se agravou com a contaminação e desaparecimento dos mananciais de água, que abasteciam a maioria das metrópoles brasileiras. E isto não afeta apenas o nosso patrimônio ambiental, mas a própria história.

O desrespeito ao meio ambiente também afeta a qualidade de vida das pessoas no sentido de que pode causar problemas respiratórios, pois o desmatamento trás grande impacto ao clima do país. A falta de áreas verdes faz com que o ambiente se torne mais quente e sujeito a desastres naturais.

Além disso, o grande crescimento populacional é outro problema. Por mais que se tenham alimentos para toda a população, a pobreza ainda é muito grande, e a exploração de recursos naturais como a água causa danos que devem ser superados o quanto antes.

Um dos motivos que fez com que surgisse a superpopulação foi a melhoria da qualidade de vida nos países em desenvolvimento. O aumento populacional afeta a qualidade de vida, pois quanto mais gente em um determinado local, maior a dificuldade para manter a educação, o saneamento e a economia de um país. Além disso, muitos pensam que “cidade grande” é sinônimo de qualidade de vida e oportunidade de trabalho, mas o resultado das migrações nem sempre é o esperado, fazendo surgir favelas e violência.

A destruição do meio ambiente fez surgir, também, o problema do aquecimento global. E uma região que está sendo muito afetada por isso, é o Ártico. A temperatura está aumentando e o gelo dessa região está se perdendo, e daqui a alguns anos não sobrá mais nada se continuar assim. A mudança climática dessa região pode causar migração do povo que lá vive e causar riscos para a sobrevivência de animais existentes naquelas regiões, como o urso-polar. Ademais, o Ártico é uma região que mantém equilibrada a temperatura da Terra, e se lá houver modificações, afetará todo o planeta.

Com todos esses exemplos, percebe-se que realmente, a qualidade de vida está estritamente ligada ao respeito ao meio ambiente; não existe qualidade de vida, se não preservar o meio em que vive.

As pessoas precisam tomar atitudes para que a qualidade ambiental melhore, pois caso contrário, seu próprio bem-estar se comprometerá. Todos podem ajudar para a melhoria do planeta, basta querer. Os hábitos deverão ser mudados, principalmente nos países mais desenvolvidos, e cabe deixar claro que mudança de hábitos não significa que não haverá mais qualidade de vida, pois as mudanças de hábitos podem ocorrer de forma que entrem em sintonia com o meio ambiente, e mesmo assim, a qualidade de vida permanecerá e poderá até melhorar.

2.8 Associativismo e cooperativismo solidário

O Associativismo é um instrumento vital para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica. É por meio de uma associação que a comunidade se fortalece e tem grandes chances de alcançar os objetivos comuns.

O Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de comunidades. Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e

constituída livremente pela união de pessoas que, assim como vocês, têm um objetivo comum. Essa união acontece pra melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade. Nas comunidades a participação, a solidariedade, a cooperação em torno de objetivos comuns, têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social.

Em 1844, ano considerado o marco do movimento cooperativista, em Rochdale, perto de Manchester, Inglaterra, um pequeno número de trabalhadores industriais fundou uma cooperativa de consumo que eles chamaram de “A Sociedade dos Pioneiros Equitativos”. A Sociedade começou a funcionar muito modestamente com um capital de 28 libras, coberto em parte por um empréstimo do sindicato dos tecelões. Um ano depois, o quadro de sócios já tinha aumentado de 28 para 74. Durante os primeiros anos o crescimento foi modesto, mas em 1849 o Rochdale Savings Bank faliu, o que fez com que muitos ex depositantes se associassem aos Pioneiros. O número de sócios subiu de 140, em 1848, para 390 no ano seguinte (Singer, 1998).

Já no Brasil, o primeiro registro de uma Cooperativa data de 1889, ocorreu em Minas Gerais com o nome de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, assim como em Rochdale, a brasileira era do ramo de consumo. Outro registro é o da colônia alemã em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, em 1902, onde a comunidade imigrante fundou uma pequena Reiffeisenkasse, aos moldes das tradicionais Sociedades de Ajuda Mútua. Os colonos poderiam se associar pagando contribuições e obter empréstimos para o subsídio da safra e outros benefícios, como o seguro saúde (Singer, 1998).

As cooperativas são organizações de produtores que praticam a autogestão: com igualdade de direitos de todos os membros e com propriedade comum do capital, numa distribuição mais igualitária.

A cooperativa seria, por excelência, o tipo ideal de empreendimento solidário, voltado à inclusão dos tradicionalmente excluídos pela economia dominante, como trabalhadores, mulheres, jovens, afrodescendentes, agricultores/as e seus familiares. Todos unidos no desafio de por em prática uma gestão participativa.

A construção dos princípios que orientam a gestão das cooperativas, baseadas na solidariedade, não deve ser resultado da mera repetição de antigos princípios, mas partir do atual contexto histórico, social, econômico e cultural e dos projetos sociais e políticos de cada grupo na sociedade.

3 – METODOLOGIA

A pesquisa foi executada na Escola Municipal Capital Trajano de Farias, comunidade Figueiredo situada no município de Coronel Ezequiel, localizado no Estado do Rio Grande do Norte. Em 2013 o município apresenta população de 5.409 habitantes, os jovens de 20 a 30 anos representam em média 805 habitantes, distribuídos em 399 homens e 406 mulheres. Enquanto que indivíduos de 31 a 83 anos, compõem cerca de dois mil habitantes, onde 1.045 são homens e 1.092 mulheres. A Escola Municipal Capitão Trajano de Farias é composta por 67 alunos, distribuídos na modalidade de 1º a 5º ano são 47 alunos e da EJA são 20 alunos, com 05 professores, um auxiliar e uma diretora.

Para levantamento de dados utilizou-se um questionário (Apêndice), aplicado a 14 alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias, com faixa etária de 24 a 65 anos. O questionário é composto por 14 perguntas para traçar o perfil dos alunos da EJA da referida escola. Além de questões relativas às atividades dos alunos, quais produtos cultivam, os modos como os produtos cultivados são utilizados e cooperativismo.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias do município de Coronel Ezequiel-RN, obtido nos questionários, indicou percentual maior que 71,28 % de pessoas do sexo feminino (Figura 1).

Figura 1 - Gênero dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias



Quanto à faixa etária dos alunos da EJA a maioria está entre 24 e 65 anos (Figura2), os alunos que tem entre 20 e 40 anos correspondem a 28,57%; de 41 a 60 anos correspondem a 57,15% e acima de 60 anos correspondem a 14,28%.

Figura 2 – Faixa etária dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias



A maioria deixou de estudar a mais de 40 anos e em 2013 retornaram aos estudos com o objetivo de aprender mais e facilitar o desempenho e qualificação no trabalho (Tabela 1).

Houve um retorno maior no ano de 2013, já que tem ano que não forma turma, pois para formar turma precisa conseguir matricular 20 alunos.

O motivo de abandonar os estudos em grande parte foi por ter que prover o sustento da família, além de casamento e abandono por desinteresse. Com o passar dos tempos perceberam a importância do conhecimento e resolveram retornar aos estudos.

Tabela 1 - Ano de desistência e retorno dos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias.

Ano que deixaram de estudar	Quantidade de alunos	de	Ano que retornaram aos estudos	Quantidade de alunos	de
1970	03		2002	01	
1990	01		2006	01	
1997	01		2009	01	
2004	01		2011	01	
2006	01		2012	01	
2012	01		2013	09	
Não citaram	06				

Em uma pergunta aberta questionou-se por que o aluno tinha retornado à escola, a maioria respondeu por que queria aprender mais.

Em outra pergunta: Qual a importância do estudo para seu trabalho? A maioria respondeu que facilita o desempenho e poderia obter uma melhor qualificação no trabalho e outro citou saber usar algum produto na lavoura.

Embora estejam estudando, os alunos da EJA não pretendem ingressar em um curso superior.

Segundo Freire (1989) o ato educativo deve ser sempre um ato de recriação, de resignificação de significados. O método Paulo Freire (1979) tem como fio condutor a alfabetização visando à libertação. Essa libertação não se dá somente no campo cognitivo, mas acontece essencialmente no campo social e político.

Em outra pergunta questionou-se o que o aluno entendia sobre EJA (Tabela 2). O alfabetizando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade, enquanto aprende a escrever é desafiado a repensar a sua história.

“A escrita não é um produto escolar, mas sim, um objeto cultural resultado do esforço coletivo da humanidade” (FERREIRO 2001).

Os alunos entendem que a EJA é uma forma de aprender mais, recuperar o tempo perdido fora da sala de aula, por ausência no tempo regular (Tabela 2). Sabendo que há anos atrás não tinha oportunidade de estudar, pois na zona rural era escasso o acesso a educação.

Tabela 2 – Entendimento dos alunos sobre o conceito da EJA

Respostas	Números de citações
Aprender alguma coisa	02
Alfabetizar os adultos	02
Oportunidades a quem não teve antes	02
Aprender mais	04
Alfabetização	01
Não entende por que não passa de ano, mais serve para aprender e escrever.	01
Não responderam	02

Quanto a Economia Solidária a maioria não sabe o que significa (Tabela 3). A Economia solidária é entendida por alguns alunos da EJA como a forma mais eficiente de dar direito por igualdade a força de trabalho, por sua importância na produção de bens.

A economia solidária vem mostrando o poder da união de forças trabalhistas para obter uma meta de igualdade de direitos para todos os membros associados. Porém as pessoas que não tiveram oportunidades ou por motivos superiores abandonaram os estudos, hoje através da EJA tem o direito fundamental de estudar se tornando cidadãos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

Tabela 3 - Entendimento dos alunos sobre o conceito de Economia Solidária

Respostas	Números de alunos que responderam
Ajudar ao próximo	02
Jeito diferente de produzir	02
Trabalho que dá direito todos receberem por igual	02
Não sabem ou não responderam	08

Nas questões sobre interesse de montar uma cooperativa (Figura 3) verificou-se que a maioria não tem interesse de montar uma cooperativa o que compõe 64,28% e nem todos

sabem o significado do cooperativismo, mas alguns gostariam de participar de uma cooperativa o que corresponde a 21,42%.

É fundamental conhecer os princípios do cooperativismo e despertar o olhar crítico dos observadores. Sensibilizar e intervir conscientemente são pressupostos relevantes para uma mudança significativa. Os princípios do cooperativismo são ferramentas indispensáveis para refletir acerca da cidadania, do trabalho, do consumo, da economia, da cooperação, da socialização, da educação, da preservação e desenvolvimento sustentável.

Figura 3 - Interesse em montar uma cooperativa.



Em relação à profissão, todos são agricultores. Os alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias tem como principais produtos cultivados milho e feijão, além de fava, batata, coentro, mandioca, capim, hortaliça e maracujá. A maioria produz para consumo próprio e a minoria comercializa maracujá (Tabela 4).

Tabela 4 – Principais produtos cultivados pelos alunos da EJA.

Produto cultivado	Nº de citações
Feijão	13
Milho	13
Maracujá	01
Fava	04
Batata	01
Mandioca	01
Capim	01
Coentro	01
Hortaliça	01

Quanto à agregação de valor aos produtos cultivados (Tabela 5), percebe-se que a maioria dos alunos não sabe o que significa o que compõe 57,15%.

Nas experiências em que os trabalhadores tornam-se proprietários e gestores do seu próprio trabalho, o processo de trabalho é outro. A cooperação, nas unidades de produção associada, acontece com base nos princípios da autogestão, solidariedade e democracia. Viabilidade econômica e gestão democrática andam juntas.

A cooperativa de trabalho surgiu como forma conveniente de substituição de trabalho assalariado regular por trabalho contratado autônomo. Algumas vezes, os trabalhadores são convidados a abrir micro-empresas para se transformar em prestadores autônomos de serviços (SINGER, 2002).

Tabela 5 - Entendimento dos alunos sobre agregação de valor.

Respostas	Números de citações
Dar valor a um produto e economizar	02
Fazer gerar renda	04
Não sabem o significado	08

Uma educação progressista em EJA, que valorize o humano em sua pluralidade, nos seus saberes de vida e preocupação com o coletivo do qual este educando faz parte aponta para um trabalho configurado sob a ótica da emancipação, da compreensão da educação como ato permanente, dialógico, e da valorização do sujeito como ser social. Estas bases contemplam uma opção, um entendimento de que a educação pode estar a serviço de um outro mundo possível, assim como esta é uma luta da economia solidária.

5 – CONCLUSÕES

Quanto ao perfil dos alunos verificou-se maior participação feminina, com faixa etária de 24 a 65 anos, todos são agricultores, abandonaram os estudos por motivo de trabalho para sustentar a família, embora tenha havido desistência por falta de oportunidade, devido a escassez de escola na zona rural, e estão cientes de quanto é importante o grau de aprendizagem para crescimento pessoal, desempenho e qualificação no mercado de trabalho.

Os alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias cultivam produtos de subsistência e muitos não comercializam. Apesar de usarem os produtos cultivados para consumo próprio, estes produtos poderiam ser valorizados, através da agregação de valor por intermédio do cooperativismo. Em contrapartida há uma rejeição em relação à montagem de uma cooperativa, embora os alunos da EJA da referida escola não conheçam e agora conhecem os princípios do cooperativismo, sendo sensibilizados que esta é a melhor forma de comercialização de seus produtos.

A aplicação dos princípios do cooperativismo é a melhor forma de proporcionar qualidade de vida, beneficiando os alunos na renda familiar, através da junção das forças trabalhistas, aumento na produção e melhor comercialização, diminuindo o desemprego e aumentando a ocupação com retorno financeiro para aos alunos da EJA da Escola Municipal Capitão Trajano de Farias, o que poderá ser difundido para os demais.

6 – REFERÊNCIAS

A crise do milagre (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976).

A formação da classe operária (São Paulo, Atual, 1985);

ANTEAG Empresa Social e Globalização: Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente. ANTEAG – São Paulo, 1998.

ARROYO, João Carlos Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. Economia popular e solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. pp. 21. ISBN 85-7643-022-3.

BARRETO, Andre BARRETO, A. V. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, A. R. et al. (Org.). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003. p. 287– 314.

“Cooperativismo”. (em português) Nova Enciclopédia Barsa **volume 4**. (1998). São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações. p. 399.

CURRIE, Karen L. et al. Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática. Campinas: Papirus, 1998.

Economia política do trabalho (São Paulo, Hucitec, 1977);

FERACINE, Luiz. O professor como agente de mudança social. São Paulo: E.P.U., 1990.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária- Secretaria Executiva Nacional.
http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60
 Acessado em 01 de setembro de 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. MANCE, Euclides André . A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 178

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

Repartição da renda – ricos e pobres sob o regime militar (Rio de Janeiro, Zahar, 1986);

SICREDI. Cooperativismo de Crédito, Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/>. Acesso em: 09 de setembro de 2013.

SILVA, Maurício Santos da. Práticas cooperativas de trabalho: Um estudo de caso em Salvador, Monografia-Cooperativa.

SINGER, Paul: Introdução à economia solidária (São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002);

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização,2001.Editora Record, Rio de Janeiro

SINGER, Paul Introdução à economia solidária, 2003.

SINGER, Paul. Utopia Militante. São Paulo: Vozes, 1998.

SINGER, Paul Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: Democracia e autogestão. Revista Temporaes. São Paulo: Humanitas, USP, 1999;

SINGER, Paul. (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002;SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000;

SINGER. Paul; MACHADO, João. Economia socialista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000;

SINGER, Paul. Cooperativas de trabalho.

SISTEMA OCERGS SESCOOP/RS História do cooperativismo. Acessado no site <http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>. No dia 25 de agosto de 2013.

TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno (coord.) Cadernos EjaEcosol. O trabalho associado e autogestionário na Educação de Jovens e Adultos (Material pedagógico). Niterói, RJ. Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária-IEES/ Universidade Federal Fluminense, 2012. <http://issuu.com/ejaecosol/docs/caderno2>. Acessado em 24 de agosto de 2013. <http://issuu.com/ejaecosol/docs/caderno3>. Acessado em 25 de agosto de 2013. <http://issuu.com/ejaecosol/docs/caderno4>. Acessado em 24 de agosto de 2013

TIRIBA, Lia (2001). A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). In Movimento: revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, nº 4 (setembro 2001). Niterói: Intertexto: p.27-45.

TIRIBA, Lia. Autogestão, disciplina no trabalho e o direito à preguiça. Rio de Janeiro: PACS, 1994.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Lia (orgs.) Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular e solidária. Aparecida (SP): Idéias e Letras, 2004; Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, Mercado de Trabalho, 2004, p. 3; Manual de capacitação da tecnologia social PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. - Brasília : Fundação Banco do Brasil, 2009.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado, in Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

Utopia militante: repensando o socialismo (Petrópolis, Vozes, 1998);

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
QUESTIONÁRIO DO PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

Escola: _____

Turma: _____

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Profissão: _____

Em qual ano parou de estudar? _____

Por que parou de estudar? _____

Em qual ano retornou à escola? _____

Qual a importância do estudo para seu trabalho? _____

Pretende dar continuidade? _____

Pretende fazer um curso superior? Qual? _____

O que você entende por EJA? _____

O que você entende por Economia Solidária? _____

Qual o principal produto que você cultiva? _____

Comercializa o produto cultivado? () Sim () Não

Utiliza o produto cultivado para consumo próprio? () Sim () Não

Tem interesse em montar uma cooperativa? () Sim () Não

O que significa agregar valor? _____